



4205 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT26 - Educação do Campo

Educação do Campo no Semiárido como política pública e o Papel dos Movimentos Sociais Populares: os fios e desafios dessa tessitura
Ana Célia Silva Menezes - UFPB - Universidade Federal da Paraíba
Edineide Jezine Mesquita Araujo - UFPB - Universidade Federal da Paraíba
Maria do Socorro Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

RESUMO

As estruturas socioeconômicas do Semiárido trazem as marcas da formação histórica do Nordeste: um violento e prolongado processo de colonização com base na escravidão, no latifúndio, na monocultura e no extrativismo predatório, resultando em quatro séculos de negação, aos trabalhadores, do acesso à educação e a outros direitos sociais. Na luta por direitos, movimentos e organizações sociais ensaiam outro modelo de desenvolvimento para o semiárido. A partir dessa constatação indagamos: *qual o papel dos movimentos sociais populares do Semiárido na construção da Educação do Campo como política pública?* Objetivamos problematizar o papel dos movimentos e organizações sociais do Semiárido, evidenciando as disputas e contradições na construção da Educação do Campo como política. O estudo resulta de uma pesquisa de campo, qualitativa com base no materialismo dialético. A pesquisa constatou o protagonismo dos movimentos e organizações sociais na proposição e execução de políticas de Educação do Campo e a necessidade do controle social para que os instrumentos legais assegurem, minimamente, os avanços no âmbito da Educação do Campo para Convivência com o Semiárido.

Palavras-Chave: Educação do Campo. Semiárido. Política Pública

Educação do Campo no Semiárido como política pública e o Papel dos Movimentos Sociais Populares: os fios e desafios dessa tessitura

Introdução

As estruturas socioeconômicas do Semiárido marcam a formação histórica da região Nordeste, caracterizada por um violento e prolongado processo de colonização sobre as bases da escravidão, do latifúndio, da monocultura e de atividades extrativistas predatórias. Esse processo de formação social e econômica gerou concentração de riqueza, renda e profundas desigualdades dentro do próprio NE, sobretudo para as famílias residentes no semiárido rural. A política econômica criou um polo de investimento e privilégios (litoral) e outro foi condenando à insuficiência (semiárido e rural).

Quanto à educação, ao longo de quatro séculos, a escola brasileira se configurou como uma espécie de prolongamento do "latifúndio", propriedade da classe econômica e politicamente dominante, que excluiu os trabalhadores do acesso à educação e a outros tantos direitos sociais. A lógica da "escolinha pobre e isolada" designada apenas ao ensino primário ou "elementar", durante décadas, foi o que coube para milhares de camponeses(as), particularmente os residentes no Semiárido Brasileiro, condenados(as) a um círculo vicioso: sair do campo para continuar a estudar (quando era possível) e estudar para sair do campo.

O UNICEF publicou um relatório (2009) específico com dados da situação das crianças e adolescentes do Semiárido Brasileiro. A pesquisa apontou que mais de 350 mil crianças e adolescentes entre 10-14 anos não frequentam a escola no Semiárido. Quando focamos no Brasil, constatamos que 23,8% das crianças fora da escola, estão no Semiárido. 36% entre os 20% mais pobres do Semiárido não são alfabetizados para a faixa entre 10 e 14 anos. Se incluirmos as variáveis, permanência e aprendizagem, o índice possivelmente será ainda maior. A taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade no Brasil é de 9,02% - área urbana: 6,84% e rural: 21,25%, enquanto na Região Nordeste é de 17,65%, área urbana: 13,34% e rural: 29,78%" (BUAINAIN; GARCIA, 2013, p. 6). Esses dados gritantes na região semiárida tornar-se-iam mais problemáticos se os tivéssemos somente a partir do recorte: **semiárido-campo**. Tais dados revelam uma realidade gerada, por um lado, pela ausência histórica de políticas públicas adequadas à região e, por outro, a implementação de políticas que desconsideram as especificidades desse contexto. O percurso histórico da educação no Semiárido segue essa mesma lógica: ausência ou precariedade. Nesse lastro histórico situamos o presente estudo apontando como eixo dessa reflexão a questão: *qual o papel dos movimentos sociais populares do Semiárido na construção da Educação do Campo como política pública?* Objetivamos problematizar o papel dos movimentos e organizações sociais populares que atuam no Semiárido no campo da educação escolar, evidenciando as disputas e contradições no processo de construção da Educação do Campo como política de educação.

O presente texto resulta de parte da pesquisa do doutorado sobre a temática: "Educação do Campo Semiárido como Política Pública". Tratou-se de uma pesquisa de campo, qualitativa, descritiva, desenvolvida em dois municípios do semiárido cearense tendo como interlocutores, gestores municipais da educação e lideranças dos movimentos e organizações sociais articulados pela Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB). O método de análise foi o materialismo histórico dialético. Além das entrevistas e questionários feitos com os sujeitos utilizou-se como fonte complementar a análise documental.

O Semiárido Brasileiro, território de pertencimento e contexto da Educação do Campo.

O Semiárido não é apenas um clima caracterizado pela baixa umidade e pouco volume pluviométrico; é uma construção histórica, social, política e cultural. Trata-se de uma região particularmente importante pelas especificidades do seu bioma, a caatinga, e pela extensão que ocupa no território brasileiro. Ele representa 11,39% do território nacional e abriga 29% da população do país, o que corresponde a 26.423.362 habitantes, um pouco menos do que a população de alguns países da Europa e mais do que as populações do Paraguai e Uruguai juntas. Comumente o semiárido é confundido com o Nordeste. Contudo, o Nordeste não é sinônimo do semiárido, apesar de o território do Semiárido ocupar 70% do território nordestino.

Dados divulgados pelo UNICEF (PALAZZO; VOLPI, 2011, p. 60) apontam que “adolescentes que vivem em periferias de grandes centros urbanos e nas regiões Norte e Nordeste, mais especificamente no semiárido e na Amazônia são os que têm seus direitos mais violados no dia a dia e estão expostos à pobreza, à violência, e à exploração”. Atualmente, 13 milhões de crianças e adolescentes vivem no Semiárido Brasileiro e nada menos do que 67,4% deles são afetados pela pobreza. A população entre 12 e 17 anos é de quase 4 milhões de pessoas.

Ao contrário do que é divulgado na mídia e ensinado na imensa maioria dos livros didáticos, o Semiárido Brasileiro (SB) é um dos biomas mais úmidos do mundo, com uma precipitação pluviométrica anual de 750 milímetros, em média. A maior característica do semiárido não é a ausência de chuva, mas sua irregularidade no tempo e no espaço. E mesmo essa “adversidade” traz muitos benefícios à região. A educação na perspectiva da convivência com o Semiárido assume como premissa do seu trabalho pedagógico investigar essas potencialidades e evidenciar as possibilidades e a viabilidade da região.

É neste território de profundas contradições e desigualdades sociais, mas também marcado pela resiliência e organização de suas populações que emergem significativos movimentos e articulações que anunciam a viabilidade de outro modelo de desenvolvimento: a Convivência com o semiárido e, neste projeto, a Educação para a Convivência é a mola mestra.

Desde a década de 1990 Redes de movimentos sociais, no campo da produção apropriada (Articulação do Semiárido/ASA) e no campo da Educação, a RESAB (Rede de Educação do Semiárido Brasileiro) atestam, num permanente processo de resistência e proposições, a possibilidade de uma vida digna para as populações do Semiárido Brasileiro.

Falar do Semiárido como contexto da Educação do Campo implica em olhar para esta região, para suas possibilidades, potencialidades, diversidades e até adversidades como um campo de estudo, território de resistência e campo de luta e disputas por um modelo de desenvolvimento centrado na lógica da Convivência, paradigma construído no Semiárido pelas organizações e movimentos sociais populares como uma “proposta política de mobilização para a implementação de políticas públicas apropriadas ao desenvolvimento sustentável na região” (SILVA, R., 2010, p. 76). Com isso estamos reconhecendo o Campo Semiárido como espaço de construção de conhecimento. Um conhecimento libertador (FREIRE, 2011b) e emancipatório que proporciona aos sujeitos envolvidos no processo educativo a apropriação, por meio da escola e do currículo, de saberes que os ajudam na construção de uma vida mais digna e que fortalece e alimenta a organização dos camponeses que moram e constroem neste território, a materialidade de sua vida.

Configuração da Educação do Campo no Semiárido, como política pública: uma luta dos movimentos sociais populares.

Na contramão da educação que foi historicamente imposta às populações do semiárido e, orientados pela perspectiva gramsciana que percebe a escola como um espaço em disputa, um lugar de construção de hegemonia (das classes subalternas) em relação aos valores da sociedade capitalista, os sujeitos sociais do Semiárido, organizados em Rede(s) de movimentos sociais populares, apostam na Educação como espaço de resistência, de construção política do projeto de desenvolvimento do Semiárido e de fortalecimento das experiências educativas que emergem da prática social e cultural dos diferentes grupos que povoam o semiárido.

É nessa corrente de uma atuação reivindicatória, propositiva e crítica que a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB) vem ocupando nesse território, desde o ano de 2002, um significativo papel no processo de articulação e proposição de políticas de educação com foco na contextualização da Educação para a Convivência com Semiárido. “A RESAB tem sido um espaço de articulação política e tem contribuído significativamente para o fortalecimento da proposta de ECCSB, mediante a construção de diálogo e parcerias, com o poder público” (Liderança social “A”).

A Rede vem investindo num processo de fortalecimento das organizações de base e construindo parcerias com os municípios para que as ações de formação de professores e contextualização do currículo sejam assumidas pela(s) Secretaria (s) Municipal(is) de Educação como uma política pública.

Olha, implantar a Educação Contextualizada, principalmente no campo, tem sido para nós um desafio, em cada município é um novo processo... porque em alguns os governos sucessores deram continuidade outros cortaram o processo.(...) Nós estamos tratando de escolas no campo que nem sempre têm uma proposta pedagógica do campo e algumas secretarias de educação dão todo o apoio necessário para viabilizar esta proposta, como política pública. (liderança sindical)

Ao adentrarmos mais especificamente na formalização da política municipal de educação identificamos em diferentes depoimentos o empenho e contribuição dos movimentos populares (articulados pela RESAB) no sentido de construir um aparato legal que fortaleça a reivindicação pela Educação Contextualizada e dê sustentação legal (com possibilidades de continuidade) às ações já desenvolvidas em alguns municípios, sobretudo no campo da formação continuada de professores e do currículo. “A formação continuada em Educação Contextualizada,... todo esse processo feito pelas Cáritas... pela RESAB.. tem contribuído para alguns avanços” (coordenador pedagógico).

Agora nos últimos anos avançamos um pouco no âmbito jurídico. Em alguns municípios conseguimos aprovar leis em Educação do Campo e para a Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido e em alguns municípios conseguimos garantir nos planos municipais metas e estratégias que garantem a contextualização e a educação do campo. (liderança social “B”; coordenadora pedagógica)

As organizações e movimentos populares revelam clareza do seu papel e função junto ao Estado no processo de construção e ampliação do espaço e direito público. Compreendem e reconhecem a Articulação em rede (RESAB) como este espaço de luta pela qualidade da Educação à medida que tenciona o poder público a assumir uma educação construída a partir das necessidades, interesses, olhares e experiências dos sujeitos envolvidos na prática educativa. Sobre a atuação do sindicato uma das pessoas entrevistadas assim se expressa:

A atuação da gente, enquanto sindicato dos professores acontece a partir da nossa concepção sobre qual o papel do movimento sindical. O sindicato não é apenas uma organização para cobrar melhorias salariais e das condições de trabalho. Mas uma organização que busca, uma sociedade melhor para todos, com justiça social e neste sentido, nós temos uma luta muito grande pela qualidade da educação. (liderança sindical)

A Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido, como a Educação do Campo é uma construção e proposição dos movimentos e organizações populares, não uma deliberação ou decreto do Estado. O Movimento de Educação Contextualizada, articulado ao Movimento Nacional de Educação do Campo reconhece e afirma que o projeto de Educação do Semiárido assume os mesmos princípios e a mesma lógica do projeto de Educação construído pelas populações do campo das demais regiões desse país. Nesse sentido, advogamos que a política de educação do Semiárido seja e esteja integrada e articulada aos mesmos princípios da política educacional brasileira. Não defendemos a existência de “duas Políticas de Educação para o Brasil”, dicotomizando campo X cidade ou Semiárido X outras regiões brasileiras. Defendemos que a Política Pública de Educação Brasileira deve ser construída a partir do princípio

da *pluralidade e contextualização*, considerando as particularidades das diferentes regiões de modo a consolidar um projeto heterogêneo de educação que congrega múltiplas propostas e projetos, com assento e reconhecimento da diversidade cultural, ambiental e étnica, desse país como possibilidades e vantagem.

Considerações Finais

A pesquisa evidenciou a fragilidade das políticas tanto no âmbito nacional quanto no âmbito municipal e constatou que os movimentos sociais no semiárido têm sido efetivamente espaços de proposição, articulação e mobilização de políticas de Educação Contextualizadas; Esses Movimentos criam diálogo e convênios com o poder público e incidem diretamente na construção da política municipal de educação.

É evidente que se trata de um processo bastante complexo, cheio de contradições e tensões, o que exige articulação das organizações em Rede e controle social para que os instrumentos legais assegurem, sobretudo nesses tempos de retrocessos (em nível nacional), os avanços conquistados na política municipal de Educação do Campo para Convivência com o Semiárido. As ações já implementadas são ensaios da possibilidade de crescimento e fortalecimento do Projeto de Educação Contextualizada no Campo Semiárido construído desde os sujeitos sociais desse território.

Referências

BUAINAIN, Márcio Antônio; GARCIA, Junior Ruiz. Desenvolvimento rural do semiárido brasileiro: transformações recentes, desafios e perspectivas. **CONFINS. Revista franco-brasileira de geografia**, n. 19, 2013

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011b.

PALAZZO, Ludimila; VOLPI, Mário. **O direito de ser adolescente**: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades. Brasília, UNICEF, 2011.

SANTOS, Cícero Félix dos; SCHISTEK, Haroldo; OBERHOFER, Maria (Org.). **No Semi-árido, Viver é Aprender a Conviver**. Conhecendo o Semiárido em Busca da Convivência. Petrolina: Gráfica Franciscana, 2007.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Concepções de Desenvolvimento: Convivência e Sustentabilidade no Semiárido Brasileiro. In: SILVA, Conceição de Maria de Sousa et al. (Org.). **Semiárido Piauiense**: Educação e Contexto. INSA. Campina Grande: Triunfal Gráfica e Editora, 2010.

UNICEF. 2009. Disponível em: <www.unicef.org/brazil>. Acesso em: 11 fev. 2017.